



Agroecologia e sistemas alimentares em cidades-regiões: reflexões acerca de redes internacionais e redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte *Agroecology and city region food systems: approaches between international networks and Belo Horizonte Metropolitan Region networks*

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de¹; ARAUJO, Melissa Luciana de²; ORNELAS, Gabriel Mattos³

^{1,2,3}Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ/UFMG, daniadil.aue@gmail.com; melissaluciana20@gmail.com; gabriellornelas@gmail.com.br

Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana

Resumo: O debate sobre sistemas alimentares em cidades-regiões tem sido crescentemente reconhecido por evidenciar os vínculos entre a alimentação e os ambientes urbanos, suas complexidades e singularidades. O trabalho argumenta acerca da importância de incorporar referenciais políticos e conceituais críticos nessa agenda, enfatizando a perspectiva agroecológica e as noções de soberania alimentar e de garantia ao direito humano à alimentação adequada e saudável. Discute-se ainda que a aproximação entre redes internacionais e atuantes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) possibilita o avanço da construção democrática de "sistemas alimentares agroecológicos" na região, com mais engajamento de governos locais e regionais e inovação nos arranjos de cooperação interinstitucional.

Palavras-chave: agroecologia urbana; regiões metropolitanas; territórios urbanos.

Keywords: urban agroecology; metropolitan regions; urban territories.

Introdução

O referencial conceitual sobre sistemas alimentares reúne os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestrutura, instituições, dentre outros) e as atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, acesso, preparação e consumo de alimentos (FAO, 2018). Os debates sobre sistemas alimentares em cidades-regiões chamam a atenção para as especificidades e complexidades dos territórios urbanos que, além da alimentação da população dos grandes centros urbanos, envolve também as conexões e fluxos de pessoas, bens e serviços estabelecidos entre grandes cidades e seus arredores imediatos (RUAUF, 2019). Essa agenda, promovida por agências bilaterais, ONGs e organizações do sistema ONU, articula a alimentação com as metas internacionais, tais como o Acordo de Paris, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Nova Agenda Urbana e o Pacto de Milão sobre Políticas Alimentares Urbanas.



Este trabalho argumenta a respeito da importância de referenciais políticos e conceituais críticos para abordar a construção de sistemas alimentares em cidades regiões e sobre as possíveis conexões entre redes internacionais e locais.

A CITYFOOD é uma rede promovida pelas organizações internacionais ICLEI - *Local Governments for Sustainability* e RUAF - *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security* e tem como objetivo apoiar ações de governos locais e regionais para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes em cidades-regiões, combinando o trabalho em rede com treinamento, orientação em políticas alimentares e expertise técnica (RUAF, 2019). No final do ano de 2017, o município de Belo Horizonte aderiu a essa plataforma, que oferece informações e oportunidade de trocas de conhecimentos nos âmbitos regional, nacional e internacional; a facilitação da mediação entre tomadores de decisão e diferentes atores locais envolvidos com a questão alimentar; a assessoria metodológica para elaboração de diagnósticos e planejamentos; assim como o apoio para mobilização de recursos financeiros para a realização de atividades.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) observa-se um percurso de mais de 20 anos de promoção da agroecologia e da agricultura urbana, a qual tem a participação ativa da sociedade civil, a incorporação dessas temáticas em pesquisas e uma articulação entre instituições governamentais como referência. Destacam-se, nesse sentido, a atuação da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), da Rede Urbana de Agroecologia (RUA Metropolitana) e a construção de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), como mecanismo legal de garantia de qualidade da produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos. Soma-se, nesse contexto, a recente retomada do planejamento metropolitano que tem resultado na incorporação do uso agrícola do solo em propostas de reestruturação territorial da RMBH, bem como a proposição da agroecologia como alternativa de atividade econômica mais sustentável para os municípios da região (ALMEIDA, 2016).

Metodologia

Esse trabalho tem com referência metodológica as interações entre ensino, pesquisa e extensão que orientam a atuação do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - AUÊ!, vinculado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do qual fazem parte o/as autor/as. O Grupo AUÊ! tem participado ativamente de redes regionais que promovem a agroecologia, a agricultura urbana e a agricultura familiar na RMBH, assim como se articula a outros Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) na região e no Brasil. Para a sistematização das reflexões apresentadas, foi realizada uma análise crítica da Plataforma CITYFOOD e das ações coletivas na RMBH, a partir da observação participante e da aproximação entre bibliografias sobre sistemas alimentares em cidades-regiões e sobre a agroecologia em contextos metropolitanos.



Resultados e Discussão

1. Por uma abordagem crítica de sistemas alimentares em cidades-regiões

Na legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) "consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, 2006). Esse referencial político e conceitual - construído com base na participação social, formulação de políticas públicas e pesquisas acadêmicas - incorpora as noções de soberania alimentar e de garantia ao direito humano à alimentação adequada e saudável, fundamentais para a organização de sistemas alimentares justos e sustentáveis.

A abordagem de ambiente alimentar também discute como o local onde se vive ou trabalha pode contribuir ou dificultar o acesso a alimentos e como influencia a qualidade da alimentação (DIEZ ROUX; MAIR, 2010). A imposição da lógica de industrialização e mercantilização - tanto na produção e consumo de alimentos como na organização das cidades - assim como a globalização dos mercados de alimentos, resultaram na oferta de alimentos produzidos em larga escala, com baixo custo, alta densidade energética e pobre em nutrientes e transformaram os modos de vida e padrões alimentares contemporâneos (PETERSEN, ARBENZ, 2018; ALMEIDA, 2016).

Na rede CITYFOOD, os sistemas alimentares em cidades-regiões são compreendidos a partir da perspectiva de desenvolvimento territorial ligando os espaços urbanos e rurais adjacentes, incorporando a agricultura urbana e periurbana a cadeias curtas de abastecimento e novos mercados de alimentos, assim como uma gestão estratégica dos recursos naturais para lidar com o cenário de mudança climática e ao risco de desastres ambientais (RUAFA, 2019). Por um lado, essa rede internacional vincula o debate sobre alimentação ao enfrentamento da fome, da pobreza e do desemprego e às questões ambientais urbanas. Por outro lado, não explicita, necessariamente, o cunho político e os interesses econômicos relacionados ao modelo dominante de organização de sistemas alimentares; não evidencia as contraposições entre a agroecologia e o agronegócio e tampouco visibiliza as concepções contemporâneas acerca da agricultura familiar e da agricultura urbana, que orientam atualmente a ação de organizações sociais, empresas e poder público, assim como as diferentes perspectivas de sustentabilidade e justiça social que podem ensejar.

2. Construindo sistemas alimentares agroecológicos em cidades-regiões



De acordo com a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a agroecologia pode ser definida como “um conjunto de princípios, práticas e processos aplicados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e à reestruturação do sistema agroalimentar com base em princípios de sustentabilidade e justiça social” (ABA, 2017, p.1). A perspectiva agroecológica evidencia a necessidade de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam o papel das instituições locais, tal como ambientes institucionais democráticos que regulem os sistemas agroalimentares e o desenvolvimento territorial, envolvendo agricultoras/es e outros atores locais em redes alimentares (PETERSEN, ARBENZ, 2018).

Integrada ao movimento agroecológico no Brasil, as redes que atuam na RMBH dão centralidade à agroecologia como paradigma fundamental para a construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis. Além disso, observa-se uma crescente incorporação da perspectiva agroecológica na região, possibilitada pelas organizações e movimentos urbanos que têm ampliado o seu escopo político e conceitual, articulando as relações de produção e consumo de alimentos às relações de produção do espaço urbano e ao fomento da economia local e regional. Essa aproximação tem permitido avançar em um novo campo de construção do conhecimento em torno da "agroecologia urbana", que coloca em debate e articula as diversas concepções de agricultura e de cidade em disputa no mundo contemporâneo. Do mesmo modo, busca superar abordagens da agricultura familiar e em alguma medida, mesmo da agricultura urbana que tendem a reforçar visões dicotômicas sobre a relação rural-urbano e dificultam uma aproximação entre diferentes sujeitos e atores envolvidos com experiências e práticas agrícolas em territórios metropolitanos (ALMEIDA, 2016).

Em que pese a sólida trajetória de práticas, pesquisas e redes sociais em torno da agroecologia, apenas recentemente essa perspectiva tem sido considerada na agenda internacional como uma abordagem para a sustentabilidade da agricultura e sistemas alimentares, como indica o informe produzido pelo HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition em 2019 e a ausência de referências à agroecologia identificada nos documentos da CITYFOOD.

Conclusões

A agenda de debates sobre sistemas alimentares em cidades-regiões traz a possibilidade de ampliar o interesse de setores relacionados ao planejamento urbano e o desenvolvimento metropolitano para as questões sobre a agroecologia e alimentação uma vez que, usualmente, a atividade agropecuária e a produção de alimentos são questões mais consideradas no âmbito do desenvolvimento rural e da economia nacional. A trajetória de mais de 20 anos de articulação para a promoção da agroecologia, a agricultura urbana, a agricultura familiar na RMBH tem pautado princípios e valores, como o direito à cidade e à comida de verdade, que valorizam a centralidade da reprodução da vida frente ao capital, a importância das ações



coletivas e da reconexão da população urbana com a natureza na construção de sistemas alimentares.

Ainda que a agenda internacional institucional não dê centralidade ao debate crítico sobre os interesses e relações de poder que atualmente organizam os sistemas alimentares em cidades-regiões, é importante considerar os benefícios da aproximação entre redes locais e redes internacionais.

Considerando a adesão do município de Belo Horizonte à CITYFOOD e os serviços disponibilizados pela mesma, a aproximação entre essa rede internacional e as redes locais na RMBH pode ser uma oportunidade de avançar na construção democrática de "sistemas alimentares agroecológicos" na região, com mais engajamento e apoio político de governos locais e regionais e inovação nos arranjos de cooperação interinstitucional.

Referências bibliográficas

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia. **Aspectos Conceituais sobre a Agroecologia**. 2017.

ALMEIDA, D. O. de. **Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese. Belo Horizonte; Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 set. 2006.

DIEZ ROUX, A.V.; MAIR, C. **Neighborhoods and health**. Annals of the New York Academy of Sciences, New York, v. 1186, p. 125-145, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS/FAO. **Food for the cities programme: building food secure and resilient city regions**. Available at <http://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/approach/crfs/en/> Accessed April 2018.

PETERSEN, P.; ARBENZ, M. Aumento de escala da Agroecologia: uma questão política. Editorial. Agroecologia: pela democratização dos sistemas agroalimentares. ISSN: 1807-491X **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.14, n.1. 2018.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



RUAF. Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security. **CITYFOOD NETWORK Junte-se e participe convite aos governos locais e estaduais.** [acessado 2019 Jun 12]. Disponível em: https://www.ruaf.org/sites/default/files/CITYFOOD%20Network%20Brochure_Brazilian%20Portuguese.pdf